



MINUTA DA ATA N.º 06/XII-1º/2017-18

1 - Aos 8 dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube das Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
- 3.1 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.1.1 - “Opções do Plano do Município para 2018”
 - 3.1.2 – “Orçamento do Município para 2018”
 - 3.1.3 – “Mapa de Pessoal do Município para 2018”
 - 3.1.4 – “Opções do Plano dos SMAS para 2018”
 - 3.1.5 – “Orçamento dos SMAS para 2018”
 - 3.1.6 – “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), solicitando a substituição por ausência no dia 8 de fevereiro

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse: Mara Martins (CDU), que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), estando impedido o primeiro candidato não eleito na respetiva lista, José Gabriel (CDU).

4.3 - O Sr. Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião de 8 de fevereiro, sendo substituído pela eleita Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.



4.5 – O Presidente informou o plenário que, por motivo de falecimento de um familiar, a Sr^a Vereadora Amélia Pardal não pode estar presente, sendo substituída pelo candidato não eleito Rui Jorge Martins.

4.6- Relativamente aos Requerimentos dos Senhores Deputados Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Presidente informou que continua sem resposta o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a Iluminação no Terminal Rodoviário e Fluvial de Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal a 30 de novembro passado.

No dia 30 de janeiro foram enviados para a Câmara Municipal três requerimentos submetidos pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, do PSD, sobre:

- Listagem do amianto em edifícios, instalações e equipamentos municipais;
- Inventário de bens do município de Almada;
- Cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas.

4.7 - O Presidente da Assembleia Municipal referiu a visita de uma delegação deste órgão ao Arsenal do Alfeite, que teve lugar a 15 de janeiro passado, tendo sido recebida pelo Conselho de Administração e visitado diversas valências desta empresa pública.

Havendo dúvidas e incertezas sobre o futuro do Arsenal do Alfeite, o Presidente propôs que a Assembleia Municipal se venha a pronunciar sobre a sua importância para o Concelho e para o País, convidando os Grupos Municipais a trabalhar no sentido de se poder aprovar uma Moção na próxima Sessão, prevista para 27 de fevereiro.

4.8 - O Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que a Sr^a Presidente da Câmara Municipal tinha enviado, para conhecimento da Assembleia, uma comunicação da Autoridade Tributária referente à proposta aprovada pela Assembleia Municipal de Almada sobre a isenção da Derrama para o ano de 2018, em que manifesta preocupação pela forma indefinida como foi enunciada.

4.9 - Referiu ainda a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos Sr.s Deputados Municipais.

4.10 – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 4/XII-1.º/2017-18 e 5/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 4/XII-1.º/2017-18 e 5/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



5.1 - Usaram da palavra os Sr.s Múncipes Alexandre Guerreiro, Ademar Mestre, João Rocha, Miguel Duarte, António Simões, Pedro Manuel Ribeiro Fernandes, António Martins Palma, Pedro Miguel Costa Cordeiro Basso, Victor Manuel Reis, António Faustino, Maria Cristina Santinho Barata, Maria Felismina Ferreira, Maria Doroteia C. P. Afonso Lopes e Daniel Silva. O Sr. Múncipe António Anastácio não fez a intervenção para que se tinha inscrito mas deixou o texto em papel, que será referido na ata da reunião.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Sr.a Presidente da Câmara Municipal e o Sr Presidente da União de Freguesias Charneca e Sobreda.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar pelo falecimento de Luís Marquês (Anexo 1), Edmundo Pedro Anexo 2), Alexandre Castanheira (Anexo 3), Marinheiro Bruno (Anexo 4), apresentados respetivamente pelos Srs. Deputados Municipais Vítor Castanheira (PS), João Quintino (PS), Luís Palma (CDU) e Carlos Revés (CDU).

6.1.1 – Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais João Galdes (CDU) e Ivan Gonçalves (PS).

6.1.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos votos de pesar que foram aprovados por unanimidade.

6.1.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Deputados Municipais:

6.2.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Marina Lopes (PSD), para apresentar uma Moção sobre Conselho Municipal Juventude (Anexo 5);

6.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Mara Martins (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre Arquivos Históricos Associativo (Anexo 6);

6.2.3 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre a Paz e a Recusa das Armas Nucleares (Anexo 7);

6.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre A Não Exclusão das Pessoas Surdas da Vida Democrática dos Órgãos Autárquicos (Anexo 8);

6.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco (PAN), para apresentar uma Recomendação Pela Redução do Uso de Água Engarrafada (Anexo 9);



6.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar um Voto de Saudação ao Governo pela Disponibilização de Verbas para a Construção do Hospital do Seixal (Anexo 10);

6.2.7 – O Sr. Deputado António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção a Condenar a Poluição no Rio Tejo (Anexo 11)

6.2.8 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais António Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP); Eva Borges (CDU); Ivan Gonçalves (PS); João Geraldes (CDU); Carlos Guedes (BE) e Marina Lopes (PSD).

6.2.9 - Usou ainda da Palavra a Senhora Presidente da Câmara.

6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.3.1 – Moção sobre Conselho Municipal Juventude, aprovada com 24 votos a favor dos eleitos do PS, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Sr.s Presidentes de Junta eleitos pelo PS, e 14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Sr. Presidentes de Junta eleitos por esta força política;

6.3.2 - Moção/Deliberação sobre Arquivos Históricos Associativo, aprovada por unanimidade;

6.3.3 – Moção/Deliberação sobre a Paz e a Recusa das Armas Nucleares, votada ponto por ponto, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por unanimidade e os pontos 3 e 4 rejeitados com 19 votos contra, dos eleitos do PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta Eleitos pelo PS, e 19 votos a favor, dos eleitos da CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta da CDU. O Presidente da Assembleia Municipal usou o voto de qualidade, pela rejeição do documento;

6.3.4 - A Recomendação sobre A Não Exclusão das Pessoas Surdas da Vida Democrática dos Órgãos Autárquicos, aprovada por unanimidade;

6.3.5 - A Recomendação Pela Redução do Uso de Água Engarrafada, aprovada por unanimidade;

6.3.6 – O Voto de Saudação ao Governo pela Disponibilização de Verbas para a Construção do Hospital do Seixal, aprovado por unanimidade;

6.2.7 – A Moção a Condenar a Poluição no Rio Tejo, aprovada por unanimidade.

7 – Sendo 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Extraordinária de Fevereiro, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Rui Jorge Martins e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 160 Srs. Munícipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

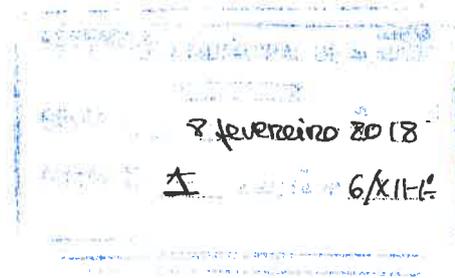
O PRESIDENTE _____ *J. P. - m*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista



A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do ilustre médico almadense Dr. Luís Ferreira Marquês.

Nascido em 18 de dezembro de 1945, no concelho de Alcobaça, na freguesia de Algarão, Benedita, concluiu a sua instrução primária na Escola da Ribafria, tendo cumprido o serviço militar, nomeadamente, na Guiné Bissau entre 1970 a 1972. Casado desde 1973 com Maria de Lurdes Serrazina, tem duas filhas e quatro netos.

Em 1975 e com grande brilhantismo, licenciou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo feito o seu Internato Geral no Hospital Distrital de Beja entre 1975 e 1977 e serviço médico à periferia em Cuba, Alentejo.

Vem residir para o concelho de Almada em 1979, onde se iniciou como médico de clínica geral realizando em simultâneo o ciclo de estudos especiais e concluindo a pós-Graduação em Saúde Pública, Saúde Ocupacional e Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública, tendo passado a exercer a especialidade de Saúde Pública.

No Centro de Saúde de Almada começa por ser Subdelegado de Saúde e posteriormente Delegado de Saúde de Almada. Aqui envolveu-se num trabalho conjunto com outras forças vivas como a Câmara Municipal de Almada, promovendo a Educação para a Saúde, participando nos primeiros passos em Portugal do Programa CINDI - programa da OMS de prevenção das doenças não transmissíveis/ promoção de estilos de vida saudáveis e nos primeiros passos da Luta Contra à Tuberculose, contribuindo ativamente para a redução do número de novos casos no concelho de Almada, um dos mais afetados por esta doença.

No âmbito da reorganização dos centros de saúde do concelho de Almada instalou e foi diretor do centro de saúde da Cova da Piedade, tendo sido um líder inovador, mantendo sempre como prioridade uma prestação de cuidados de saúde de qualidade e de proximidade ao utente. Teve a visão e a capacidade de envolver os profissionais de saúde, com quem trabalhava, na persecução dos objetivos e resultados em saúde que almejara.

Foi um impulsionador e dinamizador das primeiras reformas dos cuidados de saúde primários (CSP) com os primeiros projetos alfa e regimes remuneratórios experimentais.

Prosseguiu os seus estudos tendo adquirido Competência de Gestão de Serviços de Saúde, pela Ordem dos Médicos aquando da publicação do Decreto lei nº 157/99 que pretendia criar os centros de saúde de terceira geração, que assentavam na descentralização da gestão e na aproximação da decisão ao local de ação. O reconhecimento do trabalho desenvolvido, da sua capacidade de liderança, da luta pelo reconhecimento dos CSP e pela necessidade de uma reforma dos mesmos, levou a que tivesse sido convidado a integrar um projeto experimental que envolveu um número limitado de centros de saúde do país e passou a exercer o cargo de diretor do centro de saúde de Almada, Costa da Caparica e Cova da Piedade.

Integrou “O Grupo de Coordenação Estratégica da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários” do Ministério da Saúde e foi Membro da Comissão Nacional da Luta contra a Tuberculose.

Com a evolução da reforma dos CSP e dando continuidade ao trabalho desenvolvido, aquando da constituição do Agrupamento dos Centros de Saúde foi convidado a exercer a função de diretor do ACES de Almada, que agrupava os Centros de Saúde de Almada, Cova da Piedade e Costa da Caparica, cargo que exerceu até à reforma em julho de 2012.

Após a sua reforma foi ainda um dos fundadores, com o Professor Constantino Sakellarides, Dr Jorge Sampaio e Dr António Arnaut, entre outras personalidades da saúde em Portugal, da Fundação para a Saúde - SNS, criada pela sociedade civil para a defesa de um Serviço Nacional de Saúde de qualidade.

Faleceu abrupta e prematuramente em 2 de novembro de 2017 por doença oncológica e todos os que tiveram o privilégio de lidar de perto com ele nunca esquecerão algumas das suas mensagens que tanto contribuíram para a melhoria dos cuidados de saúde prestada aos cidadãos de Almada, dizia então: “O utente deve estar sempre no centro do sistema”, “Os que mais nos preocupam são os que não nos procuram”, “O privilégio de termos como profissão uma tão nobre missão” e “Tudo o que se avalia melhora” foram algumas das suas “máximas”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 8 de fevereiro de 2018, transmite a todos os familiares e amigos deste bom homem as suas mais sinceras condolências, nesta hora difícil e de sentido de perda, merecedor de justa e pública homenagem nos moldes que se considerem mais adequados.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Pesar

Pela Morte de Edmundo Pedro

O Partido Socialista manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Edmundo Pedro.

Edmundo Pedro, nascido em Alcochete em novembro de 1918, foi um herói da luta contra a ditadura dedicando toda a sua vida ao combate pelos valores da Liberdade e da Democracia e, nesta medida, é uma referência de coragem e de combatente político.

Edmundo Pedro foi preso pela primeira vez em 1932, com apenas 15 anos de idade, conhecendo bem a repressão e os cárceres da ditadura, passando pelo Aljube, Peniche a Caxias.

Foi também o mais jovem preso político no sinistro campo de concentração do Tarrafal, onde passou dez anos, debaixo das mais infra-humanas condições. Libertado em 1946, envolveu-se em várias conspirações e tentativas de derrube da ditadura fascista, que lhe valeram mais uma prisão, na sequência do assalto ao quartel de Beja, em 1962.

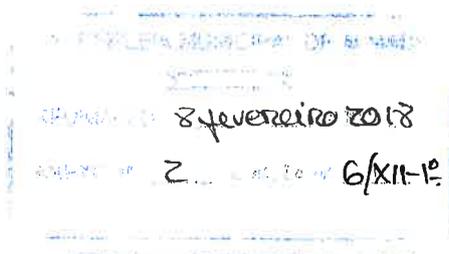
Militante do PS logo após o 25 de Abril, revelou-se um elemento-chave no combate que então foi preciso travar e que lhe valeu injustas acusações que a Justiça e a História acabaram por demonstrar falsas. Deixa-nos várias obras essenciais para o conhecimento do século XX português e um precioso legado, que deve orgulhar todos os democratas e, muito em particular, os seus camaradas socialistas.

Deputado do PS em várias legislaturas, Edmundo Pedro deixou em todos os que com ele tiveram a felicidade de privar um traço indelével de humildade, humanidade e coragem, que manteve até ao fim dos seus dias, ia cumprir cem anos. Essa força e coragem são uma eterna referência para o Partido Socialista.

Neste triste momento de dor pela sua perda, temos por certo a confiança de que todos os democratas saberão estar à altura do extraordinário legado de Edmundo Pedro.

A Assembleia Municipal de Almada transmite a todos os familiares e amigos de Edmundo Pedro as suas mais sinceras condolências, nesta hora difícil e de sentido de perda.

Almada, 8 fevereiro de 2018





VOTO DE PESAR (Pelo falecimento de Alexandre dos Santos Castanheira)

Nascido em 1927, faleceu no passado dia 16 de janeiro, aos 90 anos de idade, Alexandre Castanheira.

Poeta, ensaísta, homem de letras e de saberes diversificados, Alexandre Castanheira era licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa e em Literatura Moderna pela Universidade de Paris VIII.

Desde muito jovem aliou a sua vocação literária, particularmente a escrita e divulgação da poesia, com a militância política activa contra a ditadura fascista.

Participou ativamente na secção juvenil do Movimento de Unidade Democrática (MUDJuvenil), assumindo responsabilidades na Comissão Concelhia de Almada, Comissão Distrital de Setúbal e Comissão Central, tendo sido diretamente responsável pelas comissões do MUDJuvenil dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro.

Mais tarde adere ao Partido Comunista Português (PCP), do qual foi funcionário, dirigente nos seus órgãos centrais e militante em França onde viveu exilado quase uma década.

Em consequência da atividade política que desenvolvia, foi três vezes preso e levado a tribunal plenário pela PIDE, sob a acusação de ser membro do PCP, sendo sempre absolvido por falta de provas.

Na sequência da sua última detenção em 1954, passa à atividade clandestina. Ao longo de 15 anos, trabalhando sempre no interior do país, foi responsável pelos sectores juvenil, intelectual e do movimento da paz.

Durante o seu exílio em França, a partir de 1968, desenvolve intensa acção em particular nas fábricas Renault e na Confederação Sindical CGT, a par de clubes e associações de portugueses. Foi dirigente nacional da CGT, da URAP (União contra o racismo e pela amizade entre os povos), e da Associação para a Alfabetização e a Formação Profissional dos Trabalhadores Estrangeiros em França.

Como Poeta e divulgador de poesia, fez inúmeros recitais em escolas, coletividades, festas em todo o País, e a partir de 1969 desenvolve igualmente intensa atividade de promoção e divulgação cultural e sensibilização política, particularmente junto dos milhares de emigrantes portugueses.

A partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, Alexandre Castanheira dedica toda a sua energia e ação aos problemas da Revolução, do seu desenvolvimento e da sua consolidação. Assume-se como um dos principais organizadores de uma assembleia de associações e clubes de portugueses em França envolvendo várias dezenas de participantes.

De regresso à sua Pátria e Terra Natal em 1978, Alexandre Castanheira prosseguiu a sua actividade de divulgação e promoção cultural aliada à intervenção política e cívica, tendo assumido diferentes cargos de direção em diversas coletividades e clubes do seu Concelho de Almada, e sido eleito em



vários mandatos nos órgãos do Poder Local Democrático, designadamente na Assembleia Municipal de Almada e Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, órgão ao qual presidiu.

No regresso a Portugal, inicia a publicação da sua obra, da qual se destaca na poesia os volumes “Poesia... sem Distanciação” e “Desilusão Optimista”, que são dados à estampa ao lado de publicações sobre teatro, crónicas, ensaio e contos.

Com o ensaio “Camões, Nosso Contemporâneo”, Alexandre Castanheira vence o Concurso Literário do IV Centenário de Camões, promovido pela Câmara Municipal de Almada. Multiplicam-se neste período os recitais de poesia em Portugal, na Galiza (Vigo, Baiona, Universidade de Santiago de Compostela), bem como as conferências-recital dedicadas a autores portugueses consagrados como Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Mário Sá-Carneiro, Manuel da Fonseca, Sidónio Muralha, Fernando Pessoa, entre muitos outros.

Alexandre Castanheira foi Professor na Escola Superior de Educação Jean Piaget, em Almada, leccionando nos diversos cursos do 2º Ciclo do Ensino Básico e no curso de Animadores Socioculturais daquela Escola do Ensino Superior, tendo participado com comunicações em inúmeros encontros e congressos organizados pelo Instituto Piaget.

Mesmo após a sua jubilação de professor do Instituto Piaget, continuou ativamente ligado à atividade da Escola, particularmente ao cancionero e à Unidade de Investigação em Antropologia.

No quadro do Movimento Associativo Popular, foi eleito para os Corpos Sociais de diversas coletividades do Concelho, entre as quais a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, Clube de Campismo do Concelho de Almada e Associação Cultural Manuel da Fonseca, tendo sido fundador destas duas últimas coletividades do Concelho de Almada.

Alexandre Castanheira foi ainda membro activo do Conselho Geral da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro de Dedicção e Mérito da Federação. Foi ainda agraciado pelo Presidente da República Jorge Sampaio com o Grau de Comendador da Ordem da Liberdade, condecoração proposta pelas Autarquias Locais e Povo de Almada, e foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro de Mérito Cultural da Câmara Municipal de Almada em 1994.

No quadro da sua atividade política, foi eleito pelo povo de Almada para a Assembleia Municipal e mais tarde para a Assembleia de Freguesia de Laranjeiro. A Câmara Municipal de Almada, na sua última reunião ordinária de dezembro de 2017, havia decidido por unanimidade a atribuição do nome de Alexandre Castanheira à Escola Básica do 1º Ciclo nº 2 do Laranjeiro.

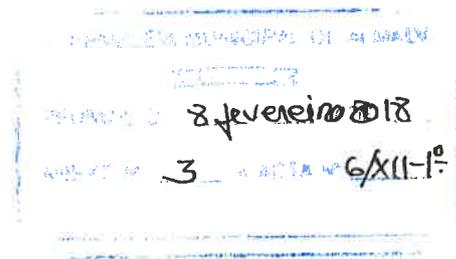
Assim, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018 delibera:

1. Expressar o mais sentido pesar pelo falecimento do Insigne Cidadão Almadense Alexandre dos Santos Castanheira.



2. Dirigir à sua família, aos seus muitos e muitos amigos, ao Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada, a todos os Órgãos do Poder Local Democrático do Concelho de Almada, e ao Partido Comunista Português as mais profundas condolências e solidariedade no momento em que, desaparecendo fisicamente o Homem Grande que foi e é Alexandre Castanheira, permanecerá perene entre nós o seu exemplo de vida, conduta cívica e contributo para a construção de um mundo melhor para todos os homens e mulheres, a grande ambição e objetivo de vida do Alexandre Castanheira.

Charneca de Caparica, 8 de fevereiro de 2018
Os Deputados Municipais da CDU





**Voto de Pesar
(Pelo falecimento do Marinheiro José Bruno)**

De forma inesperada faleceu, no passado dia 21 de dezembro, o cidadão democrata José Manuel Bruno, ativista do Portugal de Abril, o Bruno marinheiro como era reconhecido em Almada, o Marinheiro Bruno como era conhecido, referenciado, respeitado e tratado na Armada Portuguesa pelos seus camaradas marinheiros.

O José Bruno, de seu nome completo José Manuel da Silva Bruno da Costa, nasceu em Vila Franca de Xira onde viveu a adolescência e onde aprendeu, integrou e protagonizou lutas pela liberdade e a democracia, ligando-se ao movimento antifascista e ao Partido Comunista Português e participando nas atividades da oposição democrática desde 1969 sendo preso em junho de 1970 pela polícia política, a PIDE.

Foi também um ativista considerado na União Desportiva Vila Franquense, desde 1966, e em particular na sua Secção Cultural.

A partir de 1971 muda completamente de vida pelo ingresso na Marinha de Guerra Portuguesa, tendo feito o curso de Telegrafista, sendo mobilizado para uma comissão em Angola onde serve as Forças Armadas a bordo do navio Rovuma, entre fevereiro de 1972 a fevereiro de 1974.

A Revolta Militar de 25 de Abril de 1974 acontece e a Revolução Democrática desenvolve-se com o Marinheiro Bruno como Praça da Armada a prestar serviço ao Grupo Nº 1 das Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira e, nessa qualidade, tem desde logo intervenção e ação nos principais acontecimentos que então se sucederam na Marinha.

É assim que se destaca como membro da Primeira Comissão de Bem Estar do Grupo Nº 1 das Escolas da Armada. Com outros camaradas marinheiros é promotor e fundador da Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças, tendo sido eleito seu dirigente integrando a sua Comissão Coordenadora, o Secretariado e a Comissão Executiva das Praças da Armada.

A organização das Praças da Armada teve papel importantíssimo no desenvolvimento e consolidação do que é hoje movimento associativo militar.

O Plenário Geral de Praças da Armada era então o órgão máximo do associativismo da classe, a Assembleia de Delegados o órgão cimeiro da representatividade das Praças no âmbito da CDAP que elegia a Comissão Coordenadora do Associativismo de Praças constituída por oitenta e seis marinheiros, funcionando com um secretariado com trinta e um membros e uma Comissão Executiva do Secretariado de dez marinheiros considerada como o verdadeiro motor e representante da dinâmica do movimento associativo e que era composta pelos Cabos Oliveira, Andrez, Gomes, Simões e Varela, pelos Marinheiros Bruno, Brinquete, Carvalho e Fernandes e pelo Grumete Campos.

Registo também para dois momentos de transcendente importância na afirmação do movimento das Praças da Armada que foram o 1º Grande Plenário Geral de Praças da Armada realizado nos dias 2 e 3 de Abril de 1975 no auditório da Escola Naval, no Alfeite, com a participação de 170 marinheiros eleitos como delegados do universo dos Praças da Armada nas suas unidades, cuja sessão de encerramento foi presidida pelo Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, Chefe do Estado Maior da Armada e membro do Conselho de Revolução com a presença de 3.000 militares e, o 2º Grande Plenário das Praças da Armada também realizado na Escola Naval, nos dias 29 e 30 de outubro de 1975, com a participação de 200



delegados, cuja sessão de encerramento contou com a presença do Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, na qualidade de Primeiro Ministro do VI Governo Provisório.

Em todos estes e muitos outros momentos, ações e iniciativas dos Praças da Armada o Marinheiro Bruno foi parte do movimento das Praças na construção do Portugal de Abril, integrando um grupo de marinheiros conhecedores porque vivenciaram a dureza da vida a bordo que incentiva e obriga à sã camaradagem, a uma prática da solidariedade entre todos, oficiais, sargentos e praças, ao mesmo tempo que é assumido responsabilmente o respeito mutuo, os vários níveis de responsabilidade da missão e do desempenho das tarefas ou a disciplina hierárquica.

É neste contexto que o Marinheiro Bruno é eleito pela Comissão Dinamizadora da Associação de Praças para a Assembleia do MFA da Armada e nesta é eleito para a sua Comissão Coordenadora e Secretariado assim como passa a integrar a representação da Armada à Assembleia do MFA dos três Ramos das Forças Armadas.

Por delegação expressa do Chefe do Estado Maior da Armada, o Almirante Pinheiro de Azevedo, integrou em representação da Armada, conjuntamente com oficiais dos três Ramos das Forças Armadas, a primeira Delegação Militar que se deslocou a Cuba durante um mês (Abril e Maio de 1975) em representação do Estado Português.

No seguimento e em consequência do 25 de novembro de 1975, além da expulsão de 350 praças do Serviço Militar Obrigatório, são também 57 Praças dos Quadros Permanentes, algumas com mais de 15 anos de serviço na 1ª Classe de comportamento, algumas destas e outras com cursos frequentados para integrarem as carreiras na classe de Sargentos e Oficiais, que são expulsos sem qualquer acusação formal ou informal. O Marinheiro Bruno foi um dos expulsos, invade-o profunda dor, luta pela reintegração, sendo reconstruída a sua carreira pela Lei nº 43/99, de 11 de junho, tendo sido promovido a cabo.

O Marinheiro Bruno residia na Cidade de Almada há 40 anos, foi um cidadão ativo e empenhado no progresso da sua Cidade, presença assídua nos grandes acontecimentos cívicos, culturais e políticos, cultor da generosidade mas firme de caráter e superiormente dedicado às causas, valores e ideais de Abril.

Em junho de 2014 foi publicado o Livro “A Revolução de Abril – Praças da Armada” pelas Edições Colibri, excelente documento testemunhando o papel das Praças da Armada na Revolução de Abril. A iniciativa pertenceu a um grupo de praças que tiveram participação ativa no processo revolucionário, cujo trabalho de elaboração, pesquisa, compilação e coordenação pertenceu a 4 marinheiros, ao Marinheiro Bruno, a José Boto, José Brinquete e Vitor Lamber.

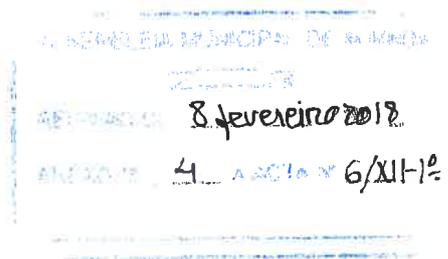
Estes Praças da Armada dedicaram expressamente o livro a todos aqueles que continuam a lutar pela dignidade humana e por um Portugal desenvolvido e, em especial dedicam à Praças, Sargentos e Oficiais da Armada Portuguesa, bem como a todos os demais militares empenhados nas transformações da Revolução de Abril.

O Marinheiro Bruno deixa-nos assim exemplo de vida, marcas de um percurso de vida, lutas de referência, e sempre fidelidade aos ideais de Abril – deixa-nos saudades.

Nestes termos os Eleitos da CDU apresentam à Assembleia Municipal de Almada a presente manifestação de pesar.



Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 8 de fevereiro de 2018, manifesta profundo sentimento de perda pelo falecimento do Município José Manuel Bruno, o Marinheiro Bruno, enaltece as suas qualidades de Cidadão dedicado à liberdade, à justiça social, às causas e valores de Abril, apresentando à sua esposa Dulce, à sua filha Inês e demais família enlutada, as mais sentidas condolências, assim como ao Movimento Associativo Militar.



MOÇÃO

O Concelho de Almada constituiu no ano de 1997 o chamado “Fórum Municipal da Juventude”. Esse órgão com características meramente consultivas e de informação da Câmara Municipal, encontra-se hoje desativado, apesar de no seu regulamento se prever que o funcionamento é assegurado através do Departamento de Educação e Juventude.

Considerando que a Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, com as alterações da Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, veio consagrar e aprovar o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.

Considerando que a Lei estabelece o direito à Juventude de intervir e a ser consultada em todas as matérias que lhe dizem diretamente respeito, nomeadamente sobre as políticas a implementar pelos órgãos autárquicos.

Considerando que tal legislação define a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Considerando que a participação e empenho dos jovens no melhoramento e desenvolvimento do nosso concelho são sinais de um município rejuvenescido, moderno e atuante.

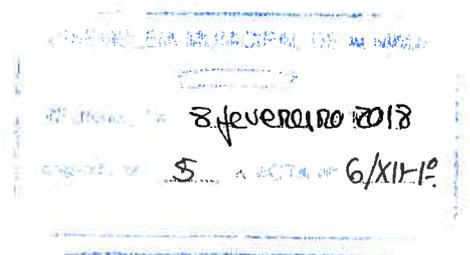
Considerando que importa envolver as associações juvenis com sede no concelho, as associações de estudantes do ensino básico, secundário e superior e as organizações de juventude partidárias com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada a extinção do Fórum Municipal da Juventude;
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que no mais breve prazo possível dê início à criação, nos termos da Lei, do Conselho Municipal da Juventude de Almada.

Almada, 8 de fevereiro de 2018

Os Deputados Municipais do PSD





Moção/Deliberação

[Informatização arquivística da parte histórica do arquivo das coletividades centenárias do concelho de Almada]

O Movimento Associativo Popular assume-se como um dos mais emblemáticos traços identitários do Concelho de Almada, por muitos considerado como uma centralidade do associativismo no nosso país.

Tendo como motivo aquela realidade, foi celebrado em maio de 2016 entre o Município e as associações centenárias do Concelho de Almada, um protocolo através do qual as instituições do Movimento Associativo Popular Almadense facultaram o acesso pelo Município ao respetivo espólio documental, tendo como contrapartida a constituição de um Fundo Documental com fins públicos, que garanta através da sua transposição para suporte digital a preservação do património associativo do Concelho de Almada e a sua disponibilização a todos os interessados.

O espólio documental da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense será, neste quadro, entregue a esta colectividade do Concelho de Almada, em data a agendar. Apesar do processo de tratamento e digitalização previsto no protocolo celebrado estar concluído, o espólio não foi entregue na data prevista, 08 de Janeiro de 2018, em virtude do elemento da Câmara Municipal de Almada não poder estar presente, por motivos de saúde.

O acervo documental e histórico de mais de uma centena de anos de atividade associativa foi, nesse mesmo dia, tornado acessível a partir da consulta ao portal “Infogestnet” na Internet, disponibilizando informação e documentação sobre a vida e percurso da mais antiga coletividade do Concelho de Almada a todos os utilizadores da rede mundial de informação e comunicação.

O fundo documental digitalizado da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense representa, assim, a conclusão de um dos onze pilares que, nas coletividades centenárias de Almada, asseguram a preservação e recuperação de espólio documental de inestimável valor cultural e científico, que regista na memória coletiva dos Almadenses a vida e a história do movimento associativo popular, a expressão de milhares de manifestações de natureza cultural, recreativa e desportiva, e a extraordinária importância e significado que a ação e intervenção do Movimento Associativo Popular assumiu no passado, e assume no presente, na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

A dimensão global da intervenção do Município neste domínio traduz-se na digitalização e tratamento de imagens de documentos pertencentes ao acervo documental de onze coletividades centenárias do Concelho de Almada, envolvendo perto de 900.000 imagens de documentos da História do Movimento Associativo Popular.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018, delibera:

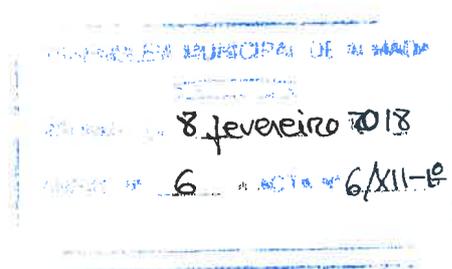
1. Saudar vivamente a conclusão desta etapa da constituição do Fundo Documental Associativo do Concelho de Almada, traduzido na entrega, após o respetivo tratamento



e digitalização, do espólio documental histórico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, a mais antiga coletividade do Concelho de Almada, e a sua disponibilização pública através da rede mundial de comunicação e informação que é a Internet.

2. Reiterar o inegável interesse cultural, social e científico da conclusão do processo de registo, digitalização e disponibilização pública dos acervos das coletividades centenárias do Concelho de Almada incluídas no processo desencadeado em 2016 pela Câmara Municipal de Almada, enquanto fator e contributo municipal para o enriquecimento do saber e do conhecimento dos Almadenses, e de todos os interessados e estudiosos em geral, sobre a riquíssima história do movimento associativo no Concelho de Almada.

Charneca de Caparica, 8 de fevereiro de 2018
Os Deputados Municipais da CDU





Moção/Deliberação **[Sim à Paz, não às armas nucleares]**

O Núcleo de Almada do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promoveu, no passado dia 27 de janeiro, uma sessão pública pela paz e pelo desarmamento, que decorreu nas instalações do Cineteatro da Academia Almadense e incluiu momentos culturais e diversos depoimentos em defesa da causa da paz e pelo desarmamento nuclear.

Esta sessão pública decorreu no quadro da Campanha Nacional promovida pelo CPPC – única organização portuguesa reconhecida como “Mensageira da Paz” pela Organização das Nações Unidas –, iniciativa que dá expressão em Portugal à Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares (ICAN, na sigla em língua inglesa), promovida por uma Organização Não Governamental criada em 2007, reunindo hoje 468 organizações de defesa da Paz em 101 países, à qual foi atribuído em outubro passado o Prémio Nobel da Paz, inequívoco reconhecimento do contributo que esta Organização vem dando em defesa da segurança e da paz mundiais.

A sessão pública promovida pelo Núcleo de Almada do CPPC visou mobilizar os Almadenses em torno da importância que assume para a sua segurança e paz, como para toda a Humanidade, a assinatura e ratificação, também por parte do Governo de Portugal, do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, aprovado em julho de 2017 por 122 países das Nações Unidas.

Os participantes na sessão sublinharam a urgência na participação ativa dos Estados e dos Povos na luta pela eliminação dos arsenais nucleares hoje existentes, que integram mais de 15 mil ogivas, cinco mil das quais em regime de prontidão imediata, e a importância que a eliminação dessas armas de eliminação maciça assume para a sobrevivência da Humanidade e de todas as formas de vida que conhecemos.

Considerando que as armas nucleares são hoje a mais grave ameaça que pende sobre a Humanidade, pois a sua utilização representaria a morte e destruição generalizadas e libertaria radiação que deixaria sequelas ao longo de muitas décadas, provocando em todo o planeta aquilo que os cientistas designam como “inverno nuclear”.

Considerando que a dimensão e potência dos arsenais nucleares atualmente existentes e a crescente tensão que marca a situação internacional colocam com acrescida urgência a exigência do desarmamento nuclear – questão essencial para salvaguardar a paz, a segurança e a própria sobrevivência da Humanidade.

Considerando que no dia 7 de julho de 2017 foi adotado o Tratado de Proibição das Armas Nucleares pela conferência das Nações Unidas para negociar um instrumento legalmente vinculativo que proíba as armas nucleares, levando à sua eliminação total – objetivo partilhado pelos 122 Estados promotores, dando expressão à aspiração dos povos de um mundo livre de armas nucleares.



Considerando que o Tratado de Proibição das Armas Nucleares se encontra aberto à assinatura e ratificação pelos diferentes Estados-membros das Nações Unidas desde o dia 20 de setembro de 2017.

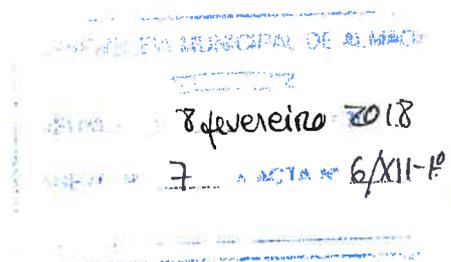
Considerando que Portugal defende, no respeito pelo espírito e letra da Constituição da República Portuguesa, um posicionamento pelo “desarmamento geral, simultâneo e controlado”, posição que deverá obrigar as instituições nacionais, desde logo o Governo da República, a colocar-se indubitavelmente ao lado da Paz e de todas as iniciativas que a promovem, como é o caso do Tratado de Proibição de Armas Nucleares.

Considerando que as catastróficas consequências que resultariam de qualquer uso de armas nucleares, reconhecendo por isso a necessidade de as eliminar completamente como a única forma de garantir que as armas nucleares nunca mais serão usadas em nenhuma circunstância, deverá constituir profunda preocupação de todas e todos os Almadenses.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018, em defesa da paz e da segurança, e na luta pelo futuro da Humanidade, delibera:

1. Saudar a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2017 à Campanha Internacional para a Abolição das Armas Nucleares, Organização Não Governamental que reúne 468 organizações de defesa da Paz em 101 países.
2. Associar-se de forma inequívoca à exigência de eliminação das armas nucleares e a sua não proliferação.
3. Manifestar satisfação e regozijo pela adoção do Tratado de Proibição das Armas Nucleares por 122 Estados-membro da Organização das Nações Unidas.
4. Reclamar das autoridades portuguesas a assinatura e ratificação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares, em respeito pelo consagrado no artigo 7º da Constituição da República, que preconiza o “desarmamento geral, simultâneo e controlado”.

Charneca de Caparica, 8 de fevereiro de 2018
Os Deputados Municipais da CDU



RECOMENDAÇÃO

Não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos

Considerando que:

1. A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável refere:

- No Objetivo 4 a necessidade de assegurar até 2030 a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo aqui as pessoas com deficiência;

- No Objetivo 10, relativo à redução das desigualdades, que duas das metas são, até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra e garantir a igualdade de oportunidades, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

- No Objetivo 16, a necessidade de “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis”, garantindo a “tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” e ainda a necessidade de acautelar o “acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência , que não só reconhece os direitos das pessoas com deficiência, como proíbe a sua discriminação em todas as áreas da vida e responsabilizando toda a sociedade pela criação de condições que garantam estes direitos, determina no artigo 9.º, n.º 2, alínea e) que os Estados Partes desenvolvem medidas apropriadas para “providenciar formas de assistência humana ou animal e intermediários, incluindo guias, leitores ou intérpretes profissionais de língua gestual portuguesa, para facilitar o acesso a edifícios e a outros equipamentos abertos ao público”.

3. A Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020) sublinha a importância de eliminarmos as barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, de modo a que estas possam usufruir de todos os seus direitos e participar na sociedade e na economia. Para tal são identificadas oito grandes áreas de atuação, das quais destacamos acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação.

4. O Relatório Anual de 2016 relativo à aplicação da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, a qual proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, quer se tratem de atos discriminatórios por recusa ou condicionamento do exercício de direitos de qualquer índole, refere que “Decorridos dez anos sobre a publicação da Lei n.º 46/2006, verifica-se que a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência, o combate à discriminação e a garantia da igualdade de oportunidades continuam constantemente a interpelar e lançar novos reptos à aplicação desta lei.”.

5. A Língua Gestual Portuguesa é a língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa, consubstanciando inclusivamente uma matéria consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1997, Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro, no artigo 74.º, número 2, alínea h), o qual dita que “na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”.

6. O acesso à informação e a possibilidade de comunicação são imprescindíveis para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia. É essencial que as políticas e decisões garantam a ligação plena entre pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos. Acontece que atualmente não está assegurada a acessibilidade de pessoas surdas a todos os serviços públicos, nomeadamente ao direito à informação, não existindo por isso igualdade de oportunidades.

Deste modo, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 8 de fevereiro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões públicas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Almada, nomeadamente nas transmissões através da internet;

2. Que todos os comunicados oficiais da Câmara Municipal de Almada, em formato multimédia, contemplem a tradução em língua gestual;

3. Sempre que possível, nos eventos públicos organizados pela Câmara Municipal de Almada seja disponibilizada tradução simultânea em língua gestual;

4. Que avalie as necessidades de acessibilidade aos serviços públicos por parte da comunidade surda, no sentido de lhe prestar o devido apoio, auscultando as associações representativas das pessoas com deficiência, e, em especial, a comunidade surda.

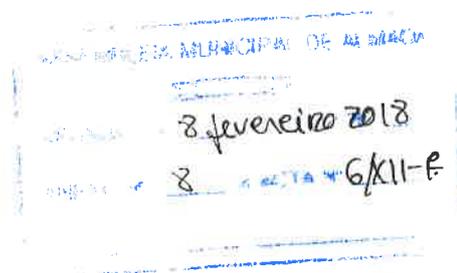
Almada, 8 de fevereiro de 2018,

Pessoas - Animais – Natureza



Sandra Branco Duarte

(Dep. Municipal do PAN)



RECOMENDAÇÃO

Pela redução do uso de água engarrafada

Considerando que:

- a) É imperioso alterar os padrões de consumo e reduzir drasticamente o consumo de plástico, facto este amplamente reconhecido pela sociedade, o qual atualmente está a ser alvo de atenção por parte dos legisladores, tanto a nível nacional como internacional;
- b) Uma das metas da Organização das Nações Unidas referida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 é a redução substancial de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 - Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis);
- c) Os valores médios dos últimos anos indicam que apenas 30% do lixo produzido em Portugal é reciclado, sendo o restante incinerado ou aterrado, com as enormes implicações ambientais que acarreta;
- d) Apesar da reciclabilidade do material de que são produzidas as garrafas de água (PET), há que ter em conta o elevado investimento em energia e logística necessários à sua reciclagem e, sobretudo, que somente uma fração do produto acaba sendo reprocessado. Uma enorme quantidade do material tem como destino os depósitos de lixo e muitas vezes acabam em rios e mares. Ao chegar ao meio ambiente, principalmente nos oceanos, o processo de degradação das garrafas de plástico demora aproximadamente 400 anos. Além disso, transformam-se em microplástico, pequenas partículas plásticas poluentes e tóxicas,

responsáveis pela morte de milhares de animais;

- e) A água da rede pública é um recurso natural acessível, equilibrado, seguro, económico e ambientalmente sustentável, e Almada tem água de qualidade premiada e reconhecida com o Prémio e Selo Nacional de "Qualidade exemplar para consumo humano";
- f) Os SMAS de Almada vêm desenvolvendo, desde 2011 o projeto ambiental "Beba água da torneira", e a Câmara Municipal de Almada é uma das entidades aderentes deste projeto.

Deste modo, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 8 de fevereiro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Se associe à crescente tendência de evitar, sempre que possível, a utilização de materiais descartáveis, nomeadamente garrafas de água em PET e copos de plástico;
2. A não utilização de água engarrafada em qualquer evento da autarquia ou apoiado por esta, incluindo reuniões, palestras, conferências ou congressos organizados pela Câmara Municipal de Almada e Assembleia Municipal de Almada;
3. Utilize jarros de vidro alusivos à campanha "Beba água da torneira" e copos de vidro ou em alternativa, por questões de operacionalidade, os jarros e copos em plástico reutilizáveis disponibilizados pelos SMAS.

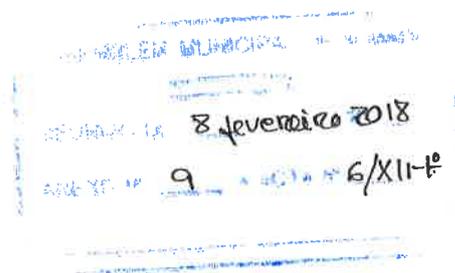
Almada, 8 de fevereiro de 2018,

Pessoas - Animais – Natureza



Sandra Branco Duarte

(Dep. Municipal do PAN)





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Saudação

Ao governo, pela disponibilização de verbas para a construção do Hospital do Seixal

No passado dia 22 de janeiro foi publicada uma portaria conjunta dos ministérios da saúde e das finanças, a Portaria nº 62/2018. O seu principal objetivo é impulsionar a construção de uma unidade hospitalar pública na área do município de Seixal.

Está assim autorizada a Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a desenvolver os procedimentos concursais para a conceção do projeto do Hospital de Proximidade do Seixal.

Trata-se de um novo equipamento de saúde que vai aproximar os cuidados diferenciados da população abrangida, desenvolvendo a sua atividade através de consultas externas, cirurgias de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica diferenciados.

Esta é uma forte aposta na integração dos cuidados e no estabelecimento de parcerias que vai permitir a utilização partilhada entre o ACES Almada - Seixal e o novo hospital, bem como outras instituições/entidades desenvolvendo projetos nas áreas das doenças crónicas e da promoção da vida ativa e do envelhecimento saudável.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 8 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Saudar o XXI Governo Constitucional por dar este passo importante na melhoria da resposta às necessidades das populações;
2. Reafirmar a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que deve ser materializada num reforço dos meios humanos, e das suas condições laborais, numa adequação das infraestruturas colocadas à sua disposição e num aumento gradual da sua eficiência.

Almada, 8 de fevereiro de 2018

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista



CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal Almada

CONDENAR A POLUIÇÃO NO RIO TEJO

Sabendo-se que a água é o bem mais essencial e importante para os seres vivos (cerca de 70% do planeta Terra é composto por água), nunca é demais lembrar a importância que a sua preservação e a sua conservação têm nos dias de hoje neste recurso natural que é finito se não for bem cuidado.

A dependência e manuseamento que os seres vivos, em concreto os humanos, têm na sua utilização, não só como fonte de vida e de sobrevivência mas também no seu uso diário desde a agricultura ao consumo doméstico, torna o recurso água, um bem imperativamente a proteger criando todas as condições para que o seu ciclo se faça de uma forma estável e serena.

Todavia, nos últimos anos, e cingindo-se ao Rio Tejo, rio que banha o município de Almada, acarretando como tal todos os benefícios e malefícios a isso subjacente, o mesmo tem sido alvo de vários atentados ao qual deve preocupar toda a comunidade e todos os responsáveis decisórios na tentativa de minimizar e mesmo estancar estas que são verdadeiras externalidades negativas que em muito prejudicam e destroem o meio ambiente.

Assim, tendo em consideração o papel que os recursos hídricos têm no desenvolvimento da produção agrícola, industrial e restante actividade económica, é de fácil percepção que a utilização do bem água, deve ser objecto de políticas protecionistas que possam dirimir os impactos negativos a que o mesmo recurso tem estado sujeito ao longo dos últimos anos.

Apesar do aumento da consciencialização para a sua preservação e para a sua utilização, os níveis de desperdício e os níveis de poluição, mau tratamento e a falta de informação tal como na falta de aplicação de normas e legislação que protejam o ciclo da água, os abusos persistem de forma reiterada, muitas das vezes sem qualquer responsabilização dos seus autores.

A escassez deste recurso, leva, inevitavelmente, no seu limite, à extinção da humanidade e de toda a vida animal e vegetal ao cimo do planeta.

Posto isto, e tendo em consideração a importância que o Rio Tejo tem para as populações ao longo do seu curso, os mais recentes relatos e confirmações de excesso de agentes poluidores no leito do rio, deve alertar para o facto de se estar em presença de uma notória calamidade e atrocidade à vida humana, animal e vegetal, considerando a importância que a água tem para o planeta.

Confirmado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), as indústrias (já identificadas) na zona envolvente à maior concentração de poluição, terão sido as (ir)responsáveis pelas descargas de produtos químicos que causaram danos significativos e inconclusivos ao meio ambiente, o que torna esta catástrofe num problema também do concelho de Almada.

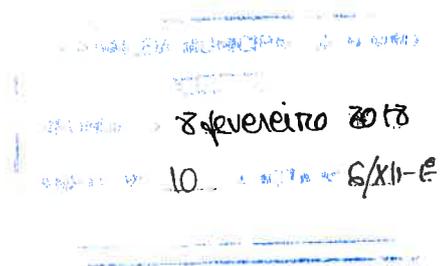
Todo o curso do rio pode ter ficado afectado como causa deste verdadeiro crime ambiental sem precedentes e que deve levar a uma tomada de posição enérgica por parte das entidades responsáveis tal como deve levar à total indignação e condenação por parte das populações.

O desastre ecológico pode levar não só a alterações profundas na morfologia do próprio rio, como também, dá origem a concentrações significativas de fósforo acima da média e a uma concentração anormal de carga orgânica, o que em sua consequência, resulta num ambiente propício ao crescimento de bactérias que vão consumir um maior número de oxigénio, acarretando como tal o perigo de morte das várias espécies aquáticas no rio Tejo.

Em suma, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 08 e 09 de Fevereiro em reunião extraordinária, na localidade da Charneca da Caparica vem desta forma: **manifestar o profundo repúdio e condenar veemente os hediondos actos do ponto de vista ambiental praticados por parte de indústrias sediadas ao longo do rio tejo, manifestando o profundo pesar por todos os impactos negativos para a vida humana, animal e vegetal, tal como manifestar em simultâneo uma profunda preocupação com os potenciais perigos ecológicos que este desastre pode causar também para o concelho de Almada.**

O Deputado Municipal do CDS-PP

Charneca da Caparica, dia 08 de Fevereiro de 2018





CDS-Partido Popular

Assembleia Municipal Almada

CONDENAR A POLUIÇÃO NO RIO TEJO

Sabendo-se que a água é o bem mais essencial e importante para os seres vivos (cerca de 70% do planeta Terra é composto por água), nunca é demais relembrar a importância que a sua preservação e a sua conservação têm nos dias de hoje neste recurso natural que é finito se não for bem cuidado.

A dependência e manuseamento que os seres vivos, em concreto os humanos, têm na sua utilização, não só como fonte de vida e de sobrevivência mas também no seu uso diário desde a agricultura ao consumo doméstico, torna o recurso água, um bem imperativamente a proteger criando todas as condições para que o seu ciclo se faça de uma forma estável e serena.

Todavia, nos últimos anos, e cingindo-se ao Rio Tejo, rio que banha o município de Almada, acarretando como tal todos os benefícios e malefícios a isso subjacente, o mesmo tem sido alvo de vários atentados ao qual deve preocupar toda a comunidade e todos os responsáveis decisórios na tentativa de minimizar e mesmo estancar estas que são verdadeiras externalidades negativas que em muito prejudicam e destroem o meio ambiente.

Assim, tendo em consideração o papel que os recursos hídricos têm no desenvolvimento da produção agrícola, industrial e restante actividade económica, é de fácil percepção que a utilização do bem água, deve ser objecto de políticas protecionistas que possam dirimir os impactos negativos a que o mesmo recurso tem estado sujeito ao longo dos últimos anos.

Apesar do aumento da consciencialização para a sua preservação e para a sua utilização, os níveis de desperdício e os níveis de poluição, mau tratamento e a falta de informação tal como na falta de aplicação de normas e legislação que protejam o ciclo da água, os abusos persistem de forma reiterada, muitas das vezes sem qualquer responsabilização dos seus autores.

A escassez deste recurso, leva, inevitavelmente, no seu limite, à extinção da humanidade e de toda a vida animal e vegetal ao cimo do planeta.

Posto isto, e tendo em consideração a importância que o Rio Tejo tem para as populações ao longo do seu curso, os mais recentes relatos e confirmações de excesso de agentes poluidores no leito do rio, deve alertar para o facto de se estar em presença de uma notória calamidade e atrocidade à vida humana, animal e vegetal, considerando a importância que a água tem para o planeta.

Confirmado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), as indústrias (já identificadas) na zona envolvente à maior concentração de poluição, terão sido as (ir)responsáveis pelas descargas de produtos químicos que causaram danos significativos e inconclusivos ao meio ambiente, o que torna esta catástrofe num problema também do concelho de Almada.

Todo o curso do rio pode ter ficado afectado como causa deste verdadeiro crime ambiental sem precedentes e que deve levar a uma tomada de posição enérgica por parte das entidades responsáveis tal como deve levar à total indignação e condenação por parte das populações.

O desastre ecológico pode levar não só a alterações profundas na morfologia do próprio rio, como também, dá origem a concentrações significativas de fósforo acima da média e a uma concentração anormal de carga orgânica, o que em sua consequência, resulta num ambiente propício ao crescimento de bactérias que vão consumir um maior número de oxigénio, acarretando como tal o perigo de morte das várias espécies aquáticas no rio Tejo.

Em suma, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 08 e 09 de Fevereiro em reunião extraordinária, na localidade da Charneca da Caparica vem desta forma: **manifestar o profundo repúdio e condenar veemente os hediondos actos do ponto de vista ambiental praticados por parte de indústrias sediadas ao longo do rio tejo, manifestando o profundo pesar por todos os impactos negativos para a vida humana, animal e vegetal, tal como manifestar em simultâneo uma profunda preocupação com os potenciais perigos ecológicos que este desastre pode causar também para o concelho de Almada.**

O Deputado Municipal do CDS-PP

Charneca da Caparica, dia 08 de Fevereiro de 2018

